

■ Primeiro escalão sem reajuste

O primeiro escalão do governo do Distrito Federal não terá aumento salarial. O governador José Roberto Arruda enviou ontem um projeto de lei à Câmara Legislativa do DF, dispondo sobre a revogação de uma lei de 1999 que vincula os salários Executivo ao do Legislativo e produz o efeito cascata, em todo o governo. Governador, secretários, administradores e comissionados não receberão o aumento de 28,5% aprovado na semana passada para os deputados distritais. O projeto deverá ser votado em regime de urgência pela Câmara na semana que vem.

Desde que o Congresso aprovou elevou os salários dos parlamentares, o governador Arruda ficou preocupado com o impacto nos cofres do DF. A equipe econômica estudava uma maneira para que o aumento na Câmara Legislativa não alcançasse o Executivo, o que poderia levar o GDF ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Caso fosse aprovada, a lei aumentaria o salário do governador de R\$ 12.525 para R\$ 16.095, do vice-governador de R\$ 11.080 para R\$ 14.238, dos secretários e deputados distritais de R\$ 9.635 para R\$ 12.380 e dos administradores regionais de R\$ 7.708 para R\$ 9.904. O impacto financeiro seria de mais

de R\$ 2 milhões ao ano. Mas a preocupação era que essa medida criasse expectativa entre os servidores e comissionados.

Ontem, durante solenidade que determinou novo teto para a receita bruta anual de micro e pequenas empresas, o governador anunciou que o Executivo não receberá o aumento.

— O orçamento é escasso, finito e estamos no limite da LRF. O efeito cascata de um eventual aumento de salário seria, nesse momento, insustentável para os cofres públicos e tomei a decisão de interrompê-lo. Estou fazendo isso em respeito e harmonia com o Poder Legislativo — disse o governador, ao deixar claro que a decisão não implica constrangimentos aos deputados.

O presidente da Câmara Legislativa, deputado Alírio Neto (PPS), disse que antes do reajuste ser aprovado pela Casa, Arruda havia conversado com ele para que excluísse o Executivo.

— Sabendo da possibilidade de um impacto dentro do GDF, procurei o governador e expliquei. Ele pediu que nós fizéssemos o projeto de maneira que não atingisse o Executivo — disse Alírio Neto, ao adiantar que há consenso entre os deputados e o projeto deverá ser votado terça-feira (M.O.)